

-----**ATA N.º 6/2014**-----

-----Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas do Município, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por fazer referência a uma situação que se tem vindo a verificar, que se prende com o facto de os documentos para a reunião de câmara não chegarem atempadamente. Disse que já na última reunião de Câmara não teve acesso ao Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários, tendo-

o rececionado apenas, após a reunião. Para a reunião de hoje, verificou-se a mesma situação, não tendo até ao momento, na sua posse, a documentação. Solicitou que esta situação fosse verificada e que a documentação fosse enviada de outra forma. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que todos os trâmites e prazos legais foram devidamente cumpridos, no entanto, solicitou que se averigue junto dos CTT qual o motivo para esta situação. Em alternativa, sugeriu que a documentação fosse entregue por protocolo. -

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** dirigindo-se ao Senhor Vereador Manuel Portugal, disse que o amianto é uma substância cancerígena e como tal, a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, visa estabelecer procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos públicos. Pretendeu saber que medidas foram tomadas pelo Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, relativamente à retirada de amianto. Caso ainda não o tenham feito, pretendeu saber quais as medidas que pretendem encetar para o cumprimento desta Lei, nomeadamente, via Ministério da Educação. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** começou por esclarecer que as coberturas de fibrocimento são proibidas na União Europeia, mas que as escolas mais antigas contêm amianto nas suas instalações. Relativamente à Escola Sacadura Cabral, as mesmas já foram retiradas, faltando somente a cobertura do pavilhão 4, situação que já foi oficializada e que poderá ser contemplada numa próxima fase. Deu conhecimento de que a cobertura do pavilhão 4, que é em amianto, não está em contacto direto com as pessoas, existindo duas placas de teto na sala e corredores. -

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** pretendeu saber se as paredes também contêm a substância de amianto. Em caso de resposta negativa, questionou se existem estudos que comprovem esse facto.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que nas paredes da escola não existe amianto. Deu conhecimento de que existe um levantamento efetuado pela DREC, que comprova esse facto. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** solicitou, se possível, cópia desse relatório, para que o Executivo possa ficar mais tranquilo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se foi feito algum levantamento às instalações da Câmara Municipal, no que concerne à presença de substâncias de amianto e se o Senhor Vereador tem na sua posse o respetivo relatório.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que esse levantamento foi efetuado. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, refere que se deve proceder ao levantamento de todos os edifícios e equipamentos públicos que contêm amianto na sua construção. Deu conhecimento de que na altura havia sido enviado um ofício a todas as Juntas de Freguesia, no sentido de se pronunciarem sobre quais os edifícios com amianto. Foi dado conhecimento à Senhora Delegada de Saúde do levantamento dos edifícios com amianto, nas juntas de freguesia e em Celorico da Beira. -----

-----Deu conhecimento de que em Celorico da Beira foram identificados edifícios com fibras de amianto na sua cobertura, tais como, anexo da escola EB1 de Santa Luzia, Mercado Municipal, Mercado Leilão de Gado e edifício dos Bombeiros Voluntários. Foram removidas na sua maioria,

faltando o Mercado Leilão de Gado, no entanto, o mesmo é aberto e ventilado e neste momento não tem qualquer utilização. -----

-----Atendendo às notícias que estão a ser veiculadas pela comunicação social e às preocupações da comunidade escolar e associação de pais, a Câmara Municipal enquanto parceira do agrupamento, pretende saber qual a solução mais viável para solucionar este problema. -----

-----De seguida, deu conhecimento de um ofício proveniente do Ministério da Educação e Ciência, cujo assunto é “Pedido de Audiência – Condições dos Edifícios da Escola Sede do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira”, com o seguinte teor: “Relativamente ao ofício acima referenciado, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência de remeter a V.Ex.<sup>a</sup>, cópia do ofício n.º 1611 de 30/8/2013, deste Gabinete, remetido a essa Câmara, relativo ao assunto em epígrafe.” Deu também conhecimento do teor do referido ofício, que diz o seguinte “... A Escola Secundária Sacadura Cabral, está incluída no conjunto de escolas integradas na fase 3 do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário mas cuja intervenção foi suspensa pela Parque Escolar, E.P.E., na sequência da avaliação do plano de investimentos. No presente momento, não é possível adiantar qualquer data, a título de previsão, quanto ao início de eventual empreitada de requalificação.” -----

-----Na sua opinião é necessário organizar um dossiê de todo este processo, para que a Associação de Pais e Agrupamento tenham conhecimento de todo o processo. A autarquia encetou todos os esforços possíveis para resolver esta situação, esperando que a Parque Escolar tenha em consideração este investimento. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que é com pesar que teve conhecimento deste ofício, mostrando a ineficácia do Ministério da Educação em todo este processo. Disse também que o Senhor Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar e o

Senhor Ministro da Educação e Ciência não têm conseguido dedicar 20 minutos do seu tempo ao Município de Celorico da Beira para uma reunião.

-----De seguida leu um documento que se transcreve:-----

-----“Completaram-se 3 anos no dia 9 de fevereiro, que entrou em vigor a Lei n.º 2/2011 que impõe a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos.-----

-----No entanto, o Município de Celorico da Beira já há bastante tempo que demonstrara ao Ministério da Educação a sua preocupação em existir amianto como material de construção na Escola EB 2,3/S Sacadura Cabral.-----

-----Em 2009, o Governo de então, tinha dado “Luz Verde” para que as obras de requalificação arrancassem, tendo a autarquia obtido um financiamento de cerca de 9,9 milhões de euros.-----

-----Lamentamos o facto do atual Governo, ter anulado este investimento anteriormente autorizado, colocando desta forma em risco a saúde de alunos, professores e funcionários que frequentam a Escola EB 2,3/S Sacadura Cabral, tendo com a sua postura desrespeitado o que estabelece a lei, revelando uma completa indiferença ao facto de com a sua postura, implicar graves prejuízos para a saúde de centenas de Celoricenses, não dando cumprimento às imposições comunitárias, uma vez que a Lei 2/2011, refere que compete ao governo calendarizar a remoção do amianto, obrigando-o, até lá, de acordo com o artigo 4.º, n.º 1, a tornar pública, no seu portal, a listagem de edifícios públicos que contêm aquele produto cancerígeno, o que não acontece relativamente à Escola EB 2,3/S Sacadura Cabral.-----

-----Recorde-se, que o amianto é uma substância altamente cancerígena, que apesar de estar proibida por lei, o governo continua a adiar a atribuição de verbas para que as escolas com amianto sejam alvo de uma intervenção.-----

-----Pelo exposto, o Município de Celorico da Beira, em defesa dos jovens, professores e funcionários do Concelho, caso o Governo não

cumpra num futuro próximo a Lei que prevê a remoção de amianto de todos os edifícios públicos, irá agir intransigentemente e apresentar uma queixa às estâncias Europeias (Comissão Europeia e Parlamento Europeu), no sentido de dar cumprimento à lei.” -----

-----Continuou dizendo, que a principal preocupação é que o amianto seja retirado na sua totalidade e essa deveria ser uma prioridade do Ministério da Educação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou que o executivo agende para a próxima reunião de câmara, o assunto relativamente às análises da água, bem como, a respetiva documentação, uma vez que numa das últimas reuniões de Câmara Municipal o Senhor Vereador António Silva havia dito que os resultados comprometiam a saúde dos munícipes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que o processo das AdZC está a correr termos em Tribunal. Deu conhecimento de que as AdZC estão na iminência de perder o selo de qualidade, que lhe foi atribuído pela ERSAR, pela falta de qualidade da água que é fornecida aos munícipes de Celorico da Beira. Disse que está prevista a construção de uma ETA em Santo António do Rio, por parte das AdZC, esperando que tal seja cumprido. Disse também, que o contrato que existe entre a Câmara Municipal e as AdZC não foi cumprido, daí existir um processo em Tribunal.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que pelo facto de não ter recebido a documentação atempadamente, iria abster-se em todas as votações.-----

-----1. **PROJETO 100% SOLIDÁRIO - VOLTA A PORTUGAL SOLIDÁRIA**-----

-----Foi presente *email* referente ao assunto em epígrafe, datado de 7/2/2014, com registo de entrada n.º 1240, solicitando que o Município se associe ao projeto Volta a Portugal Solidária, através da divulgação do evento pelo tecido empresarial, juntas de freguesia e particulares do concelho, que tem como objetivo angariar o máximo possível de doações, para que posteriormente possam ser doadas a Instituições à escolha de cada Entidade/Empresa/Particular que doa e que poderão ser do próprio Município ou a nível nacional ou mesmo internacional. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, associar-se ao Projeto Volta a Portugal Solidária, divulgando o evento pelo tecido empresarial, juntas de freguesia e particulares do concelho.**-----

-----**2. STAL**-----

-----**ASSUNTO: CAMPANHA "EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RESÍDUOS"**-----

-----Foi presente *email* do STAL, datado de 3/2/2014, com registo de entrada n.º 1096, dando conhecimento de ofício relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----**3. CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS**-----

-----Foi presente ofício da Câmara Municipal de Elvas, datado de 30/1/2014, com registo de entrada n.º 1141, enviando Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que esta problemática é a nível de todos os serviços, que infelizmente estão a ser gravemente prejudicados. Referindo-se ao texto da Moção, onde consta que: "Importa

tomar em atenção os argumentos apresentados pela Ordem dos Médicos, pelo seu Colégio de Oncologia e por largas dezenas de médicos oncologistas portugueses que, em documento, contestam esse Despacho do Secretário de Estado da Saúde, por considerarem: que o referido despacho é “discriminatório para com os doentes afastados dos grandes centros médicos e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde, defendendo a sua suspensão imediata”, considera que desde a Hospitais, Centros de Saúde, SAP’s e Tribunais, o Interior está a ser esvaziado de serviços, sendo que, mais uma vez estão a ser retirados direitos aos utentes. -----

-----Na sua opinião, este governo está preocupado apenas com rácios e não com os doentes oncológicos, considerando esta medida voraz. É altura dos agentes do Interior unirem esforços e dizer “basta” a estas medidas discriminatórias. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse concordar com o explanado pelo Senhor Vereador José Luís Cabral. Estas medidas são uma dura realidade e provam que de facto, o Interior não tem qualquer significado na política do País. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, subscrever a Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos.**-----

#### -----**4. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: ENVIO DE PARECER DA GNR - REALIZAÇÃO DE DESFILE DE CARNAVAL**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 27/2014, datada de 6/2/2014, com registo interno n.º 358, referindo que pretendendo a Câmara Municipal de Celorico da Beira, realizar o “V Desfile de Carnaval”, no dia 2/3/2014, entre as 13h e as 17h, na Vila de Celorico da Beira, informa que



o parecer das forças de segurança é favorável e passando o desfile em eixos viários principais no centro da Vila de Celorico, deverá o trânsito ser cortado em função do andamento da marcha do desfile, libertando as vias que já se encontram desimpedidas, uma vez que o mesmo não vai ter acompanhamento da GNR. -----

-----Tal como é mencionado no parecer das autoridades, deverá ser colocado nos diversos entroncamentos por onde o desfile irá passar a sinalização temporária que deverá ser sinais C1 (sentidos proibidos) com o painel adicional “exceto veículos prioritários”. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, autorizar o corte de estrada, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante.** -----

-----**4.1 ASSUNTO: ENVIO DE PARECER DA GNR - REALIZAÇÃO DE DESFILE DE CARNAVAL** -----

-----**Requerente: Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira** -----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 26/2014, datada de 6/2/2014, com registo de entrada n.º 352, referindo que tendo o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, entregue o parecer favorável da GNR do Comando Territorial da Guarda, referente ao desfile de Carnaval que terá lugar no dia 28/2/2014, entre as 11h e as 12:30h, na Vila de Celorico da Beira, ao abrigo do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, informa que não há inconveniente no deferimento do mesmo. -----

-----É mencionado no parecer da GNR, que “tendo em conta que o evento se realiza em meio urbano, junto a habitações, cujo acesso fica condicionado, **deve a organização providenciar** para que tal acesso decorra com normalidade, garantindo **alternativas de circulação**” e que **“os percursos alternativos devem ser devidamente assinalados,**

**através de sinalização temporária, que deverá ser retirada pela organização no fim do evento”.**-----

-----Sobre o assunto atrás exposto, bem como, do pedido solicitado pelo requerente na colaboração da autarquia, no sentido de que seja colocada sinalização e/ou desviado o trânsito, referem que, passando o desfile em eixos viários principais no centro da Vila de Celorico da Beira, e que, a concentração de alunos terá lugar a partir das 9h, prevendo-se terminar o desfile às 12:30h e constatando que são efetivamente muitas horas para que seja cortado o trânsito dentro da Vila, sugerem que, das 9h às 11h, seja apenas cortada a Avenida da Corredoura, desde o entroncamento da Rua Calouste Gulbenkian até ao Largo Santa Eufêmea e que após as 11h seja cortado o trânsito em função do andamento da marcha do desfile, libertando as vias que já se encontram desimpedidas, uma vez que o mesmo não vai ter acompanhamento da GNR.-----

-----Tal como é referido no parecer das autoridades, deverá a organização do evento, colocar nos diversos entroncamentos por onde o desfile irá passar a sinalização temporária que deverá ser sinais C1 (sinais proibidos) com o painel adicional “exceto veículos prioritários”.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, autorizar o corte de estrada, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante.**-----

-----**5. DESPERTAR DO SILÊNCIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício da Associação de Surdos da Guarda, datado de 6/2/2014, com registo de entrada n.º 1267, solicitando um subsídio para as despesas a efetuar com as diversas atividades que irão ser organizadas por ocasião da comemoração do 14.º aniversário da Associação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um subsídio no valor de 100€, à Associação de Surdos da Guarda, uma vez que tem por objetivo promover atividades e serviços de natureza social, educativa e cultural, e também pelo facto de existir um número considerável de beneficiários/associados do concelho. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que é louvar toda a atividade desta associação. Concorde com a proposta de subsídio apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio no valor de 100€ à Associação de Surdos da Guarda “Despertar do Silêncio”. -----

-----**6. DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO. INÍCIO DO PROCEDIMENTO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL SUPERIOR A 6,9 KVA E BAIXA TENSÃO NORMAL ATÉ 6,9 KVA** -----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 13/2/2014, com registo interno n.º 437, relativa ao assunto em epígrafe, documento cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar:-----

-----A contratação, autorização de despesa e escolha do procedimento;-----

-----O programa de procedimento e caderno de encargos;-----

-----**A constituição do júri conforme indicado no ponto 5 da presente informação e delegação de competências do mesmo, de acordo com a alínea e), do ponto 8, da informação técnica.** -----

-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:50h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

-----

-----